

Banco venceu licitação sem concorrência após lance inicial

A Prefeitura de Volta Redonda definiu, nesta terça-feira (5), a continuidade do Itaú Unibanco como responsável pela administração da folha de pagamento dos servidores municipais. A decisão foi tomada após licitação realizada no gabinete do prefeito Antonio Francisco Neto, no Palácio 17 de Julho. A instituição financeira apresentou lance de R\$ 39,21 milhões e não teve concorrência após a oferta inicial.

Também participaram do processo o Banco Santander, a Caixa Econômica Federal e o Banco Bradesco, que optaram por não cobrir o valor proposto. O Itaú já era o responsável pelo serviço desde agosto de 2021, quando venceu a licitação anterior.

De acordo com a administração municipal, o repasse da folha de pagamento representa uma fonte relevante de receita para os cofres públicos. O valor arrecadado com o contrato pode ser utilizado para garantir o equilíbrio financeiro, incluindo o pagamento em dia dos salários e do 13º dos servidores. A gestão municipal também considera que esse tipo de contrato fortalece a relação entre a instituição financeira e o funcionalismo, com oferta de serviços bancários e facilidades de atendimento.

“O Itaú tem feito um excelente trabalho desde que venceu a licitação anterior, e tenho certeza de que nossos funcionários continuarão a receber um serviço de qualidade. E todo o processo foi feito de forma transparente, demonstrando que nossa administração trabalha tendo em vista o bem de nossa cidade”, afirmou o prefeito Neto.

O secretário municipal de Administração, Cláudio Franco, destacou que a escolha vai além do valor financeiro apresentado. Segundo ele, fatores como a estrutura oferecida, a qualidade dos serviços e o prazo contratual também são considerados para definir a proposta mais vantajosa para o município.

“O Itaú, desde o início, ofereceu uma ótima estrutura física e de serviços para nosso funcionalismo, e o interesse da instituição em seguir responsável pela folha de pagamento mostra que é um acordo em que todos saem ganhando. Temos confiança de que a preocupação em oferecer o melhor serviço para o servidor continuará sendo o objetivo principal dessa parceria”, disse.



Licitação da folha termina sem disputa após lance inicial do Itaú; município vê no contrato uma forma de ampliar receitas e garantir compromissos

Volta Redonda renova folha com Itaú por R\$ 39,2 milhões



Divulgação

No Palácio 17 de Julho, em Volta Redonda, o próximo ano marca a criação de novas secretarias

Arrecadação cresce com decisões judiciais

O montante obtido na licitação se soma a outras iniciativas adotadas pela prefeitura para ampliar a arrecadação municipal. Segundo levantamento da Secretaria Municipal de Fazenda, divulgado em abril, o município

projeta mais de R\$ 860 milhões em receitas extraordinárias, provenientes de ações judiciais, revisão de repasses e recuperação de créditos.

Entre os valores estimados estão recursos oriundos de decisões judiciais, como a que permite ao município reter e arrecadar

impostos sobre pagamentos realizados pela própria prefeitura, com impacto previsto entre R\$ 20 milhões e R\$ 40 milhões, com base em entendimento do Supremo Tribunal Federal. Também entram na conta a revisão de ressarcimentos de planos de saúde ao Sistema Único de Saúde, com

média de R\$ 2 milhões por mês.

Os royalties do petróleo também devem contribuir para o caixa municipal, com previsão de cerca de R\$ 8 milhões mensais após decisão judicial favorável ao município, que alterou critérios de distribuição desses recursos. Volta Redonda foi incluída ainda pela Agência Nacional de Mineração entre as cidades aptas a receber compensações por atividades minerárias, o que deve render cerca de R\$ 3 milhões por ano.

Há ainda revisões fiscais e atualização de índices que influenciam a participação do município na arrecadação estadual, além de acordos estruturantes com empresas e ações voltadas à recuperação de créditos tributários. Segundo o prefeito, a estratégia tem sido baseada na busca por novas receitas aliada ao controle de gastos e à revisão de contratos, com o objetivo de manter o equilíbrio financeiro e assegurar a continuidade dos investimentos públicos.